

O VESTIBULAR 1988: Seleção ou Exclusão?

Sergio Costa Ribeiro¹

“—(...) Na abastança é impossível compreender as lutas da miséria, a máxima de que todo o homem pode, com esforço, chegar ao mesmo brilhante resultado, há de sempre parecer uma grande verdade à pessoa que estiver trinchando um peru...”

Fala de “O desconhecido” em Helena de Machado de Assis

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o acesso ao ensino superior no Brasil inicia-se como um processo meramente formal sob o total controle da filosofia da própria instituição escolar sem maiores problemas, dado à pequena base de recrutamento entre aqueles que chegavam a adquirir as condições legais de término dos graus anteriores de ensino. A partir da década de 60, com a Lei de Diretrizes e Bases em 1961, o Vestibular converte-se num problema complexo cuja característica perene foi a de ser sempre um processo meritocrático.

1. Do LNCC/CNPq

No entanto, a seleção dos melhores não é um problema percebido apenas no momento da entrada em qualquer curso superior. Sua abrangência é muito maior, um vez que se inicia muito antes, através da eliminação, na escola de 1º e 2º Graus, no encaminhamento para carreiras valorizadas diferentemente, segundo a hierarquização ocupacional ditada por fatores históricos, culturais e econômicos, e continua dentro do curso superior, através da evasão.

A seletividade escolar, por sua vez, não se apresenta como uma questão exclusivamente pedagógica, pelo contrário, caracteriza-se como uma questão de seletividade social. A seleção que a Escola e o Vestibular operam ocorre no sentido não só de controlar quem tem acesso ao saber, mas também de conservar determinados valores e privilégios sociais.

No Vestibular de 1988 a desunificação generalizada do concurso, nos grandes centros urbanos do país e a volta a questões discursivas de forma maciça, conjugadas com critérios de notas mínimas mais severos, provocou um percentual de vagas não preenchidas extremamente alto nas Universidades Federais. Como consequência da forte estratificação social das carreiras, as vagas não preenchidas localizaram-se, principalmente, nas carreiras de menor prestígio social, nelas incluídas aquelas que levam ao magistério de 2º Grau.

2. Um Exame de Saída ou um Exame de Entrada

Embora não explicitamente chamados de seleção, nos regimentos das escolas superiores já existem alguns requisitos para a matrícula, desde sua criação no final do século passado. Os "exames preparatórios" constituíam-se, na época, exames de saída do curso secundário, e não exames de entrada no ensino superior.

Oficialmente, o exame Vestibular foi introduzido na legislação brasileira pelo Decreto nº 8.659, de 05/04/1911.

Do exame Vestibular, mera formalidade, porquanto não era difícil o acesso a um ensino superior aos poucos habilitados, passou, principalmente a partir da Lei nº 4.024/61, através do Artigo 69, que abriu a todos os egressos de qualquer curso médio a possibilidade de ingresso no ensino superior, a constituir-se em verdadeiro concurso de habilitação.

Durante as décadas de 50 e 60, o concurso Vestibular passa a caracterizar-se, realmente, como um exame de entrada e, com raras exceções, tornou-se um exame específico para o curso a que se destinava. O acirramento da disputa pelas vagas existentes, provocado pelo aumento da demanda ao ensino superior, que acompanhou o rápido processo de industrialização e urbanização do país, culminou com os distúrbios conhecidos de 1968.

Naquelas décadas, a habilitação traduzia-se por um desempenho mínimo nos exames propostos, que produziram alguns efeitos importantes.

A nota mínima exigida, ora não era atingida por um número suficiente de candidatos, nas carreiras ou instituições de menor prestígio, ora era atingida por um número muito grande de candidatos, nas carreiras ou instituições de maior prestígio, provocando, no primeiro caso, o abaixamento "a posteriori" na nota mínima e criando, no segundo caso, a figura do excedente.

Na tentativa de corrigir esse último problema, os exames vestibulares passaram a exigir conhecimentos cada vez mais específicos, transferindo-se, muitas vezes, conteúdos próprios do ensino superior para o curso secundário. Estas distorções tiveram efeitos desastrosos, tanto para a escola secundária, como para o próprio ensino superior.

A escola secundária, incapaz de especializar-se ao nível dos inúmeros exames vestibulares existentes, repassa aos chamados cursos preparatórios (cursinhos) a responsabilidade de "treinar" os candidatos aos vestibulares. A partir do 2º ano do então colegial, os alunos eram transferidos para os "cursinhos", estes, por sua vez, à margem do sistema formal, se permitiam toda a sorte de abusos, como turmas gigantescas, por exemplo.

O número de candidatos já justifica, nesse período, a utilização maciça de testes de múltipla escolha. Esta tecnologia, no entanto, aplicada, com raras exceções, sem o devido preparo técnico, concentrava-se em exercícios de pura memorização, onde a dificuldade do item advinha da raridade da informação solicitada.

O ensino superior, principalmente nas carreiras de maior prestígio, passa a estruturar-se a partir dos pré-requisitos artificialmente transferidos para o curso secundário, em geral ocasionando erros conceituais graves na aprendizagem dos conteúdos.

É nesse contexto que surge a reforma universitária da Lei nº 5.540/68. Na sua abordagem específica sobre o Vestibular propõe uma retomada progressiva do caráter de exame de saída com a peculiaridade de ser exclusivamente classificatório, perdendo, pois, o caráter habilitatório do Vestibular de então.

Surgem, em várias regiões do País, os vestibulares unificados, a exemplo dos vestibulares por área de conhecimento adotados em São Paulo, na segunda metade da década de 60.

A unificação permitiu, por um lado, racionalizar, do ponto de vista do candidato, o acesso a uma vaga, já que com um único exame disputava vagas em várias instituições. Do ponto de vista das instituições, evitava-se a múltipla matrícula de um mesmo candidato em várias instituições, com prejuízo da filosofia dominante de pleno preenchimento das vagas.

Dentro do espírito da Lei nº 5.540/68, a implantação do “primeiro ciclo geral de estudos”, na Universidade, pressupunha um Vestibular único, isto é, sem diferenciação por cursos, exigindo, igualmente de todos os candidatos, os mesmos conteúdos do chamado “núcleo comum obrigatório”. Caberia a este 1º Ciclo uma recuperação das deficiências detectadas no Vestibular.

Tal uniformidade trazia à escola de 2º Grau a possibilidade de retomar seu papel, junto aos postulantes ao ensino superior, de uma formação geral acompanhada do espírito de terminalidade profissionalizante da Lei nº 5.692/71. A Lei nº 7.044/82, ao modificar o caráter compulsório do profissionalizante, a nível secundário, é, em parte, um reflexo do insucesso deste modelo.

Até o final da década de 70, houve uma tendência a aprimorar-se o Vestibular único. A partir daí, observamos reações às idéias de Vestibular único e classificatório.

Aos poucos vemos surgir uma volta ao Vestibular especializado e habilitatório com características de exame de entrada. Ao mesmo tempo um processo de desagregação dos unificados culmina, praticamente, com sua extinção neste ano de 1988.

Partindo do pressuposto de que o espírito da Lei 5.540/68 conferia ao Vestibular um caráter de exame de saída do 2º Grau e estava baseado em duas premissas fundamentais, a saber: a idéia de que o curso secundário devesse ser dirigido para a formação do cidadão de um mundo moderno, com uma formação eclética e não especializada e que os primeiros semestres da universidade deveriam ser utilizados para corrigir as deficiências observadas na formação geral no curso secundário e encaminhar, os alunos, à escolha vocacional de uma carreira profissional. Diante da crescente importância das competências multidisciplinares nas atividades profissionais modernas, propunha uma especialização a mais tardia possível¹.

Só para reforçar estas idéias cabe a observação de que nada teríamos a objetar que um adolescente decidisse, precocemente, a escolha de sua atividade profissional futura, porém, teríamos sérias dúvidas em aceitar que este mesmo adolescente decidisse quais as áreas do conhecimento humano que deveria ignorar pelo resto de sua vida!

Vale a pena, aqui, especular um pouco sobre o que teria provocado este retrocesso. Em primeiro lugar, estas idéias só poderiam se desenvolver em ambientes universitários e não em escolas isoladas que, infelizmente, caracterizaram a expansão do sistema de ensino superior na primeira metade da década de 70. Mesmo assim, dentro das universidades, es-

1. Para uma cronologia crítica da legislação sobre o Vestibular ver: “Acesso à Universidade — os caminhos da perplexidade”, H.M. Vianna. In: *Educação e Seleção* nº 14, jul/dez 1986, p. 87.

pecialmente as públicas onde, em princípio, estas idéias poderiam ser implementadas, sequer houve um debate sério da questão.

A única peça de pesquisa mais abrangente que dispomos nos diz que a maioria dos professores e alunos "seniors" das instituições de ensino superior rejeitam hoje, tanto o Vestibular único, como o especializado, optando pela manutenção das provas únicas com pesos diferentes para carreiras ou áreas afins de conhecimento². É, portanto, algo incompreensível, do ponto de vista pedagógico, a escalada atual para um Vestibular especializado e para o demantelamento dos unificados. Teremos que procurar uma explicação de natureza mais sociológica e política para este comportamento.

Vejamos quais as forças sociais, políticas e corporativas envolvidas nesta problemática. Em primeiro lugar, o conservadorismo da comunidade universitária deseja manter um ensino reservado à elite e ignora, quase completamente, a proletarização cada vez maior da docência nas escolas de 1º e 2º Graus e as condições em que este ensino é praticado. Não aceitou nunca a idéia de remediar as deficiências crescentes que a escola elementar produz em seus calouros e muito menos a idéia de reformular seus cursos básicos diante do novo perfil, mais eclético, da formação de seus novos alunos.

Do ponto de vista interno à instituição, o poder político da administração central sempre viu no Vestibular um momento importante para a sua afirmação de autonomia (são freqüentes nos discursos dos dirigentes afirmações do tipo "precisamos ter a liberdade de escolher o tipo de alunos de nossa instituição"). Na prática, no entanto, sabe-se que são os alunos que escolhem as instituições que gostariam de freqüentar e não o contrário. À guisa de exemplo, um estudo não publicado, feito este ano, com o perfil sócio-cultural dos candidatos ao Vestibular isolado da UFRJ, mostrou ser este impressionantemente semelhante ao perfil dos candidatos e dos aprovados de primeira opção no Vestibular unificado dos anos anteriores. Além do mais, a diversificação de perfis cognitivos dos candidatos é extremamente limitada e assim deveria permanecer se quisermos manter uma formação eclética e não especializada precocemente, de nossos adolescentes.

No espectro do grupo com interesses nesse ritual vêm, em segundo lugar, os empresários dos chamados "cursinhos pré-vestibulares". O Vestibular único e unificado não interessa a este segmento, já que, como foi dito anteriormente, a não especialização dos exames torna esta atividade em grande parte desnecessária. Sabe-se que uma fração não desprezível dos interesses econômicos dessa atividade empresarial é contro-

2. "Vestibular: a visão de professores e alunos das Instituições de ensino superior, hoje", S. Costa Ribeiro. In: *Educação e Seleção* n.º 13, jan/jun 1986, p. 31.

lada por professores universitários. O "lobby" deste grupo é, por sua vez, extremamente organizado e poderoso³.

Ao nível do discurso, os professores pouco familiarizados com a problemática do Vestibular e, ainda, imbuídos pelos mitos da influência do exame sobre a práxis dos graus anteriores de ensino, completam este quadro apoiando práticas como provas discursivas e redações, que apenas provocam uma diminuição da fidedignidade e da abrangência curricular das provas. Finalmente, interesses menores de professores que, com a implantação maciça de provas discursivas, recebem um pecúlio adicional correspondente, em muitos casos, a um "salário" mensal a mais em seus orçamentos.

3. Os Mitos do Vestibular como Remédio

O argumento que coopta os professores universitários e a sociedade em geral aos interesses políticos e econômicos dos grupos de poder ligados ao Vestibular está baseado no pressuposto da influência do exame na prática pedagógica do 2º Grau. A constante observação de um desempenho sofrível entre os candidatos é interpretada, pelo senso comum, como decorrência da queda de qualidade no ensino nos graus anteriores e que esta queda está funcionalmente associada à introdução de provas objetivas de múltipla escolha no Vestibular, à Lei que propõe um exame único e finalmente aos unificados regionais.

Esta redução do problema ao pedagógico, esquecendo o seu contexto social e cultural não invalida, de imediato, uma crítica ao aspecto técnico-pedagógico. Várias pesquisas, no entanto, têm mostrado a dificuldade de associarmos este caráter funcionalista ao Vestibular. Dentre elas gostaríamos de destacar o trabalho realizado no Rio de Janeiro em 1980 pela equipe do projeto "Vestibular: Instrumento de Diagnóstico do Sistema Escolar"⁴.

Nesta pesquisa fica bastante claro que as condições em que opera a escola de 2º Grau no Rio de Janeiro (e não há motivos para supor que seja muito diferente no resto do país) uma influência benéfica ou maléfica dos exames vestibulares é, no mínimo, uma fantasia.

3. Toda a campanha, na Grande Imprensa, desencadeada contra os unificados em função das fraudes observadas este ano em alguns Vestibulares é, a nosso ver, um evidência deste poder. Um raciocínio elementar nos leva à seguinte conclusão: um concurso onde as fraudes aparecem e são corrigidas constitui-se num sistema excelente para um país onde a lisura não faz parte da cultura nacional.

4. "A Escola de 2º Grau no Estado do Rio de Janeiro (ou quando a maioria não conta para a construção da cidade)", Francisco José da Silveira Lobo Neto et alli. In: *Educação e Seleção* n° 13, jan/jun 1986, p. 79.

Em primeiro lugar é preciso compreender porque, apesar da forte seleção social que ocorre na Escola de 1º e 2º Graus, os cerca de 6% de indivíduos de uma geração que conseguem concluir o 2º Grau e se candidatam a uma vaga no Ensino Superior ainda apresentam uma distribuição, em relação ao nível sócio-cultural e ao desempenho acadêmico, com uma forte variância.

A partir da Lei 4.024/61 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e, principalmente, após a Lei 5.692/71, descentraliza-se e transfere-se às escolas a elaboração de seu Plano Curricular e seus critérios de avaliação. Se, do ponto de vista teórico, esta descentralização pode ser vista como um passo progressista, a contra partida necessária, que seria um controle finalístico por parte da sociedade (representada pelos órgãos governamentais competentes) sobre o desempenho da escola não ocorreu (e não ocorre) por diversas razões. O próprio momento histórico em que esta Lei foi elaborada e sancionada corresponde ao auge da alienação da sociedade pelo governo autoritário. O controle legal por parte dos Conselhos Estaduais de Educação e pela Supervisão Escolar das Secretarias de Educação é, para dizer um mínimo, praticamente inexistente.

Se aliarmos a esta política a forte inculcação ideológica do modelo do Capital Humano ocorrida na década de 70, nos países do terceiro mundo, e o processo de concentração de renda que caracterizou a economia brasileira naquela década, chegamos à conclusão que a forte expansão do sistema de ensino em todos os níveis, ocorrida no período, provocou uma acentuada diferenciação na qualidade do ensino entre as escolas em função do nível sócio-cultural de sua clientela.

Neste contexto torna-se, pelo menos pragmaticamente, explicável o impulso na direção à volta do caráter habilitatório do Vestibular. O diploma de 2º Grau já não representa mais um referencial, sequer aproximado, de uma competência cognitiva mínima.

A análise de alguns indicadores dessa pesquisa é, entretanto, suficiente para mostrar a total inviabilidade do argumento da possível influência do Vestibular na qualidade do ensino de 2º Grau, seja ela benéfica ou maléfica. O próprio preceito legal de que o Exame Vestibular deva se ater à avaliação de uma "escolaridade normal de 2º Grau" perde o sentido diante da realidade.

Quanto às condições de trabalho dos professores, a pesquisa mostra que, em média, cada professor tem sob sua responsabilidade 412 alunos, que, em média, leciona em 2,5 colégios simultaneamente, e dá, em média, mais de 27 horas efetivas de aula por semana, dispendo de menos de 2 horas pagas por semana para o planejamento, preparação, elaboração de cursos, provas e sua correção. Observou-se ainda que a orientação pedagógica da escola fica a cargo de cada professor não havendo, praticamente, um projeto pedagógico definido e estruturado.

Quanto à parte cognitiva, propriamente dita, a situação é ainda mais precária. À época da pesquisa, o Vestibular Unificado no Rio de Janeiro preparava, já há quatro anos, suas provas baseando-se num Programa, amplamente divulgado, detalhado em Objetivos Específicos elaborados segundo a tecnologia universalmente conhecida da Taxonomia de Objetivos Comportamentais de Bloom. Com esta técnica as questões formuladas nos exames procuravam medir estes objetivos no nível de abrangência e complexidade em que eram propostos nos programas.

A análise das provas recolhidas pela equipe de pesquisa, numa amostra de 83 escolas dentre as 686 de onde provieram os candidatos ao Vestibular, mostrou que:

1. Cerca de 80% das questões eram formuladas a nível de puro Conhecimento e Compreensão. Estes são os níveis mais baixos da Taxonomia de Bloom. A Compreensão é definida como simples entendimento e significa a capacidade de decodificar a informação de uma forma verbal para outra, por exemplo, dizer com suas próprias palavras o que está escrito. Enquanto isso, nas provas do Vestibular, apenas 30% das questões eram formuladas nestes níveis de habilidade, sendo as demais formuladas nos níveis mais complexos de Aplicação, Análise, Síntese e Avaliação.
2. A distribuição dos conteúdos não obedecia à distribuição propostas nos programas e alguns conteúdos detectados como de baixo desempenho no Vestibular eram totalmente ausentes nas avaliações das escolas.
3. Apenas 20% dos professores declararam que utilizavam o programa do Vestibular na organização de seus cursos.
4. Apenas 40% das questões eram formuladas em múltipla escolha, quando o Vestibular, à época da coleta de dados, era praticamente todo em múltipla escolha. Na justificativa dos professores para a utilização desta forma de formulação das questões esta era, principalmente, devida à falta de tempo para a correção de questões discursivas e não ao Vestibular.

Nada faz supor que de 1980 para cá este quadro tenha melhorado. Ao contrário, tudo indica que a crise econômica desta década tenha agravado ainda mais esta situação. Em particular tem sido observado um aumento da rotatividade entre os professores de 1º e 2º Grau como consequência da queda do prestígio social da carreira de magistério.

4. A Escolha das Carreiras pelos Candidatos e a Seletividade Social

Como vimos anteriormente, a grande seleção social (ou exclusão) que ocorre no 1º e 2º Graus não produz uma homogeneidade de origem social às portas da Universidade. Há, portanto, uma forte heterogeneidade, quanto às classes de origem, porém em proporções bastante alteradas em relação ao total da população.

Aqui uma nova seleção ocorre, ainda pouco discutida, que chamaríamos de pré-seleção social na escolha da carreira. Ao analisarmos o perfil sócio-econômico e cultural dos candidatos às diversas carreiras, observamos um forte viés nesta escolha. Este fenômeno, já descrito em outros contextos sociais, aparece no Brasil de forma extremamente marcante.

A cada carreira estão associados candidatos com perfis socio-culturais extremamente definidos. Forma-se, assim, uma escala de prestígio social das carreiras, com implicações extremamente importantes para a compreensão da estrutura político-social do país.

Esta escala pode ser obtida através de técnicas estatísticas apropriadas⁵. Sem entrarmos em detalhes, esta escala, obtida com dados do Vestibular Unificado do Rio de Janeiro, durante a segunda metade da década passada, mostrou-se extremamente estável ao longo dos anos⁶. Uma análise histórica, realizada no âmbito do projeto "Vestibular: instrumento de diagnóstico do sistema escolar"⁷, analisando a evolução do prestígio político de algumas carreiras, além de corroborar de forma muito elucidativa esta escala, também explica a estabilidade encontrada na ordenação das carreiras ao longo dos anos.

O exame vestibular, propriamente dito, produz uma seleção secundária neste processo, como mostra a Figura 1, de forma qualitativa.

Processos como este se repetem ao longo de toda a escala sócio-cultural das carreiras.

Se grafarmos, por exemplo, as médias do nível sócio-cultural de INSCRITOS no Vestibular e dos CLASSIFICADOS nas carreiras das Instituições Públicas obtemos o gráfico representado na Figura 2

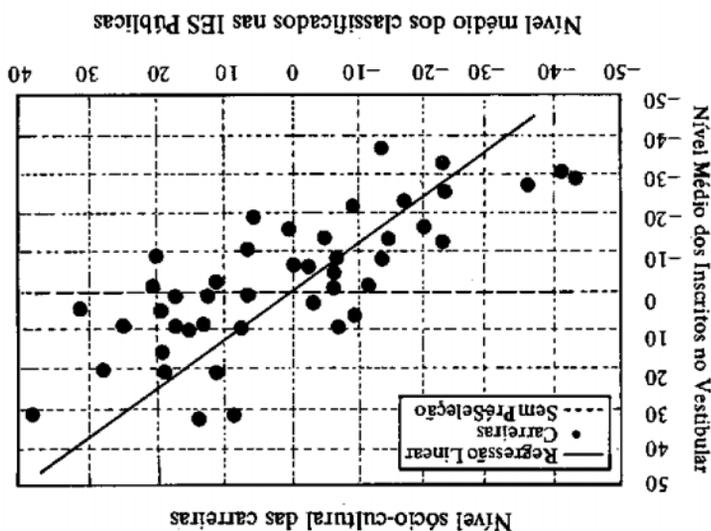
5. "A divisão interna da universidade: posição social das carreiras." S. Costa Ribeiro e R. Klein. In: *Educação e Seleção* n° 5, jan/jun 1982, p. 29.

6. Esta escala é uma combinação linear, que explica mais de 70% da variância dos dados, utilizando-se as variáveis: renda familiar, instrução do pai, da mãe, ocupação do pai e turno frequentado no 2º Grau.

7. Trabalho da Profª Clarice Nunes in: *Relatório de pesquisa*: "Vestibular: Instrumento de diagnóstico do sistema escolar", Contrato FINEP N° b/40/79/148/00/00.

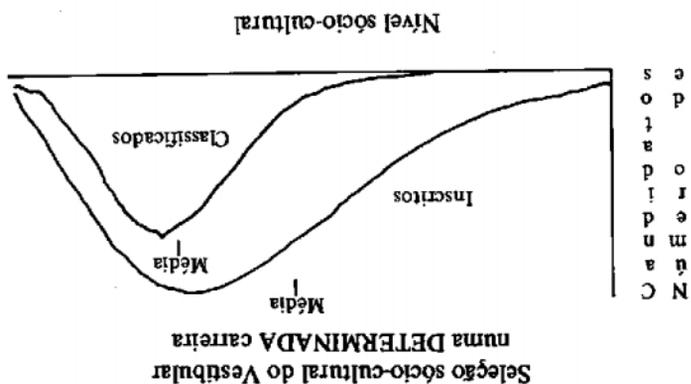
Esta figura mostra claramente a importância da pré-seleção das carreiras no momento da inscrição no vestibular. Caso isto não ocorresse, a regressão linear dos dados se aproximaria da reta tracejada horizontal passando pelo ponto zero da escala vertical (a média do nível sócio-cultural para todas as carreiras).

FIGURA 2



Vestibular 1979

FIGURA 1



O porquê desta pré-seleção social das carreiras envolve dois mecanismos psico-sociais distintos. O primeiro diz respeito ao universo de representações criado pelo indivíduo para "explicar" sua escolha. O segundo processo que desconecta essas representações do forte viés socio-cultural observado nesta escolha.

No primeiro, toda uma mitologia foi levantada, num excelente trabalho antropológico⁸. Notam-se motivações extremamente individualistas e egocentradas (vocação, chamado, missão, etc.), porém fortemente influenciadas pelo meio social em que está inserido o candidato. O sucesso das atividades profissionais no âmbito restrito da família e do tecido social próximo (colegas de escola, amigos, líderes locais, etc) é o principal substrato dessa decisão. É claro que uma percentagem de indivíduos almeja uma ascensão social mais ambiciosa, aí, porém, o processo de seleção do exame, propriamente dito, como mostrado acima, se encarrega de limitar estas ambições.

No segundo, o processo básico detectado através da interpretação de análises estatísticas multivariadas⁹ mostra claramente que existe uma polarização entre um "gostar mais de ciências" e um "gostar mais de humanidades" entre os candidatos. Esta polarização tem pouca contaminação sócio-econômica e é, provavelmente, uma reminiscência da divisão clássico-científico do antigo curso colegial.

Este "gostar mais" constitui a principal "vocação" a nível consciente da maioria dos candidatos. Por hipótese, a escolha da carreira é feita compatibilizando o caráter ciência-humanidade das carreiras com esta "vocação" consciente. É claro que existe um espectro de carreiras disponível para cada indivíduo, este sim, fortemente estratificado sócio-culturalmente.

É fundamental notar que, para as classes sociais de menor posição, a escolha se restringe, principalmente, a carreiras de menor prestígio, enquanto nas classes altas essas carreiras de baixo prestígio não fazem parte do espectro de carreiras disponíveis para a escolha.

A análise antropológica citada acima sugere que este mecanismo co-substancia as representações de escolha da carreira no plano individual.

8. Trabalho da Prof^a Priscila Kupermann in: *Relatório de pesquisa: "Vestibular: Instrumento de diagnóstico do sistema escolar"*, Contrato FINEP n^o b/40/79/148/00/00.

9. "Mecanismos de escolha da carreira e estrutura social da universidade", S. Costa Ribeiro, in: *Educação e Seleção* n^o 3, jul 1981, p. 93.

5. A Dependência do Nível Sócio-Cultural no Desempenho Acadêmico

Bem mais conhecida da literatura sociológica é a dependência nas notas do Vestibular do nível sócio-cultural dos candidatos. A Figura 3 mostra claramente este quase paradigma¹⁰.

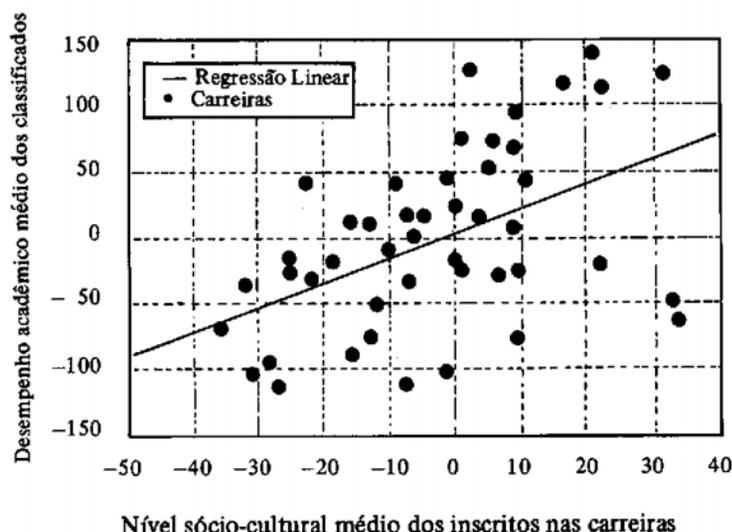


FIGURA 3

Vemos que, utilizando a escala sócio-cultural dos INSCRITOS no Vestibular, esta dependência já aparece claramente. Se utilizarmos a escala sócio-cultural dos CLASSIFICADOS, a dependência torna-se ainda mais nítida. A Figura 4 mostra isto.

Apesar destes dados terem sido obtidos no Vestibular de 1979, a estabilidade dessas escalas sócio-culturais nos permitem aplicá-las, ainda que com as devidas reservas, ao comportamento do Vestibular de 1988. O resultado da invariância da distribuição sócio-cultural entre os candidatos do Unificado do ano passado e o Vestibular isolado da UFRJ deste ano nos anima a reforçar essa inferência.

10. Neste gráfico, na escala vertical o zero corresponde à média de desempenho em todas as carreiras.

Vestibular 1979

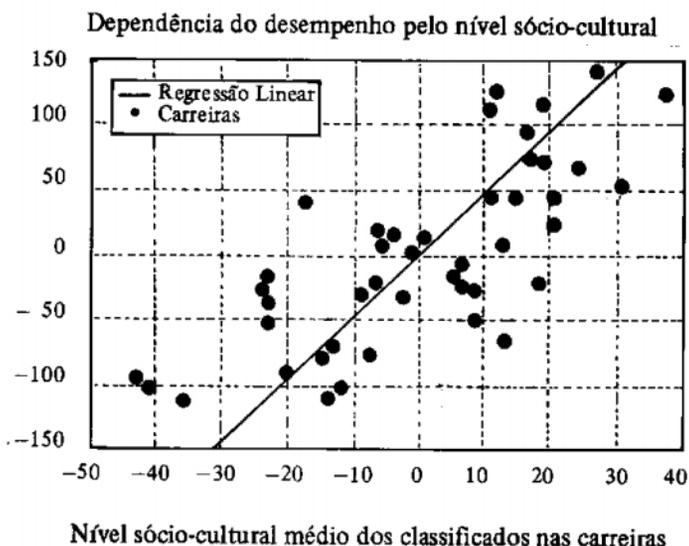


FIGURA 4

6. Vestibular 1988: Seleção dos Melhores ou Exclusão dos mais Pobres?

Em 1988, a desunificação dos vestibulares e a política de aumentar os níveis mínimos de desempenho, nos grandes centros urbanos do país, reeditou, em larga escala, a problemática dos vestibulares da década de 60. O efeito mais importante e mais grave, este ano, foi uma alta porcentagem de vagas não preenchidas nas universidades públicas federais, principalmente no Rio de Janeiro, e em algumas universidades estaduais de São Paulo. O caso mais aberrante ocorreu na Universidade Estadual do Maranhão, onde apenas 17 candidatos foram aprovados para um número de vagas na casa dos milhares.

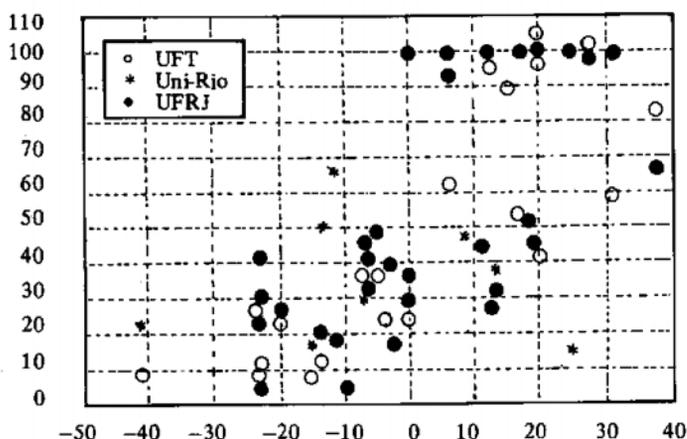
No caso do Rio de Janeiro foi possível analisar alguns dados (das universidades federais) que evidenciam as conseqüências perversas desta política. A partir dos números divulgados pela imprensa foi possível calcular o percentual de vagas não preenchidas em cada carreira (ver Anexo 1).

A primeira constatação é que, apesar dos exames vestibulares terem sido isolados, a filosofia dos concursos foi muito semelhante. A Figura 5 mostra como o percentual de vagas não preenchidas ocorreu de forma

análoga nas carreiras de médio e baixo prestígio social, nas três universidades analisadas: UFF, Uni-Rio e UFRJ. Para tanto, grafamos estes percentuais em função da posição sócio-cultural das carreiras.

Vestibular 1988: Federais do Rio

Dependência no preenchimento das vagas pelo nível sócio-cultural



Nível sócio-cultural médio dos classificados nas carreiras

Com esta constatação podemos analisar os dados em conjunto, isto é, calcular o percentual de vagas não preenchidas no sistema formado por estas três instituições. É o que grafamos na Figura 6.

A primeira observação que salta aos olhos é o fato das carreiras que levam ao Magistério de 2º Grau (e, também, ao de 1º Grau) se incluírem entre as que apresentam mais vagas ociosas.

É possível, também, calcular aproximadamente o aumento da renda familiar média dos novos calouros em relação a seus colegas dos anos anteriores. Este cálculo mostrou que houve um aumento entre 10% e 15%, em valores constantes, nesta renda.

7. Universidades Públicas: do Discurso Democratizante à Prática Elitizante (ou O Tiro pela Culatra)

As análises abordadas neste texto permitem uma avaliação bastante abrangente entre o discurso e a prática nas universidades públicas, em re-

Vestibular 1988: Federais do Grande Rio

Dependência do preenchimento das vagas pelo nível sócio-cultural

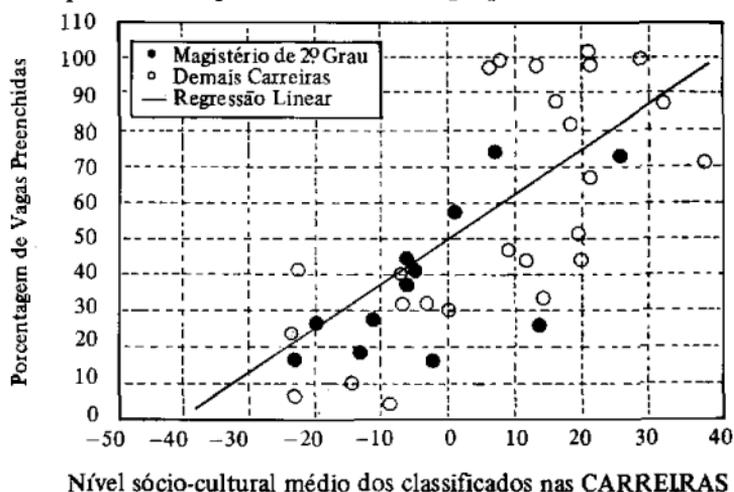


FIGURA 6

lação ao acesso. No discurso, a partir do início do movimento das Associações Docentes, a luta pela autonomia da Universidade Pública incluía discussões acaloradas sobre a democratização do acesso.

Aos poucos, no entanto, o assunto foi sendo esquecido e a ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior) tem tomado um rumo nitidamente corporativo-sindicalista e abandonado suas lutas originais. É surpreendente que os fatos e análises do Vestibular de 1988 tenham passado despercebidos ao mesmo grupo que pressionaram a Assembléia Constituinte para incorporar na Nova Carta uma política de aumento de vagas nas Universidades Públicas e de manutenção de sua gratuidade.

Estes dois pleitos se chocam frontalmente com a prática que esta análise do Vestibular está mostrando.

—Para que aumentar o número de vagas para depois deixá-las ociosas?

—Como ter argumentos para manter a gratuidade da Universidade Pública se uma política deliberada impede o acesso dos menos favorecidos?

—Como usar o argumento da pressão sobre a escola de 2º Grau para justificar esta política de acesso¹¹, se é barrada a entrada daqueles que

11. Este foi o argumento unânime dos Reitores das Universidades onde ocorreram o não preenchimento das vagas.

teriam a possibilidade de, freqüentando uma Universidade Pública, se tornarem melhores docentes dos graus anteriores de ensino e assim melhorá-los?

Estas três questões merecem algumas qualificações adicionais.

A interação da Universidade com a comunidade que a cerca não pode ser limitada a programas de extensão assistencialistas, como tem sido a tônica. Sua responsabilidade vai muito além. Em particular, a formação de docentes para os graus anteriores de ensino deveria ser uma de suas principais prioridades. Se os candidatos são fracos, devido ao baixo prestígio dessas carreiras na comunidade, cabe à própria Universidade contribuir para a sua valorização.

Por que, diante do baixo desempenho no Vestibular desses candidatos, não instituir cursos de reciclagem aumentando em alguns semestres o currículo dessas carreiras? (A Lei permite até o dobro da carga horária total mínima do curso).

Sabe-se que mais de 80% dos professores das escolas de 2º Grau no Estado do Rio de Janeiro, hoje, são formados (quando o são) em Faculdades de periferia de baixa qualidade. Os cursos de licenciaturas nas Universidades Federais são as de menor prestígio interno e que atividades de pesquisa em ensino praticamente desapareceram nestas instituições.

Como conciliar o discurso da democratização do País e da Universidade com a postura de manutenção e aumento dos privilégios da classe alta que habita hoje, mais que ontem, a classe discente das Universidades Públicas?

Como defender, neste contexto, a gratuidade do ensino para um grupo cada vez mais privilegiado, com refeições ao preço de US\$ 0.00012, num país de subnutridos?

Nunca é demais lembrar que a Universidade Federal consome mais de 50% de toda a verba do Tesouro Nacional alocada ao Ministério da Educação e que atinge cerca de 300.000 estudantes num país de 140 milhões de habitantes!

Será que há esperança de um dia a Universidade Pública, Gratuita e Autônoma tomar consciência de suas reais responsabilidades sociais, num país como o nosso, descer da torre de marfim em que se encontra e mitigar as lutas da miséria?

Esperemos que sim.

ANEXO I.

VESTIBULAR 1988

Carreiras	Classificados		Porcentagem de Vagas Preenchidas		
	N.S.C	UFF	Uni-Rio	UFRJ	Totais
Arquivologia	-41.33	8.3	22.5		14.0
Serviço Social	-23.83	26.3		22.5	24.4
Ciências Contábeis	-23.28	42.5		42.5	42.5
Enfermagem	-23.28	8.0	6.0	5.8	6.7
Geografia	-23.28	10.0		30.0	16.7
Letras	-20.20	23.6		26.4	25.8
Biblioteconomia	-14.76	7.5	17.5		10.8
Educação	-13.65	12.2	50.0	20.0	19.4
Educação Artística	-11.79		66.7	18.3	28.2
Meteorologia	-9.37			5.0	5.0
Museologia	-7.05		32.5		32.5
Farmácia	-6.39	36.7		43.3	40.0
Física	-6.39	42.5		34.0	37.8
Filosofia	-6.39			45.0	45.0
Química	-5.13	37.5		50.0	41.7
Ciências Sociais	-3.52	23.8		40.0	32.8
Educação Física Masculina	-2.66			17.0	17.0
Nutrição	-0.34	25.0	30.0	36.7	30.6
Matemática	0.31	30.0		100.0	58.0
Administração	5.56	98.8		100.0	99.5
Direito	6.26	99.4		100.0	99.8
História	6.26	63.0		93.3	74.4
Teatro	8.53		47.5		47.5
Astronomia	11.05			45.0	45.0
Engenharia Química	12.26	96.3		100.0	98.9
Educação Física Feminina	12.97			27.0	27.0
Música	13.52		37.5	33.0	34.2
Veterinária	15.44	89.0			89.0
Psicologia	17.10	52.9		100.0	82.6
Artes	18.46			52.1	52.1
Geologia	18.97			45.0	45.0
Odontologia	19.57	105.0		100.0	102.9
Comunicação Social	20.13	98.0		100.0	99.0
Economia	20.13	41.9		100.0	67.9
Ciências Biológicas	24.46		15.6	100.0	73.8
Medicina	27.39	101.9	100.0	100.0	100.8
Engenharia	31.12	60.0		100.0	88.5
Arquitetura	37.72	83.3		67.3	71.6

Carreiras que levam ao magistério de 2º Grau.

Dados originais do Vestibular de 1988.

